

**“...SE A MINHA MÃE MEXER NO DINHEIRO SEM
AUTORIZAÇÃO [DO MEU PAI], ELE ARRANCA OS
PEDACINHOS DELA”: INTERPRETAÇÕES DAS CRIANÇAS
SOBRE AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO**

Eixo Temático 02 – A produção de pesquisas sobre infâncias, gênero e sexualidade na Educação

Jéssica Tairâne de Moraes¹

RESUMO

Este estudo se baseia nas abordagens teóricas dos Estudos de Gênero, dos Estudos Culturais e dos Estudos Sociais da Infância. O foco foram os maus-tratos emocionais e outras formas de violências de gênero, a partir da percepção das crianças, verificando de que modo elas viam e interpretavam as situações de violência doméstica e como tais situações reverberavam na escola de Educação Infantil. Desenvolveu-se por meio de uma pesquisa com crianças que se deu a partir da literatura infantil e de rodas de conversa com grupos de crianças de cinco anos de idade de uma escola da Rede Pública da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os resultados mostraram que as crianças reconhecem e denunciam práticas de violência no âmbito doméstico, como agressões verbais e/ou físicas às mulheres de suas famílias, mas já vêm sendo tratada de maneira naturalizada pela ótica infantil.

Palavras-chave: Violências de gênero; Pesquisa com crianças; Educação Infantil.

PARA INÍCIO DE CONVERSA...

Inicialmente, gostaria de justificar a frase que dá título a este capítulo, pois ela foi proferida por uma criança durante uma proposta lançada durante uma pesquisa com

¹ Doutoranda em Educação pela da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFGRS, jetairane@email.com;

crianças que tinha como problema o seguinte questionamento: *O que as crianças pensam sobre as situações de violência que elas vivenciam em seu cotidiano e como as interpretam, em especial no que refere às violências de gênero vivenciadas em suas famílias?* . Tal proposta consistia em uma roda de conversa com uma turma de 20 crianças de cinco anos de idade, da Educação Infantil de uma escola da rede pública de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS.

Na ocasião, foi contada à turma a história *Artur e Clementina*, de Adela Turín. Nessa narrativa, o afeto e a ilusão que caracterizam o início da relação entre os personagens Artur e Clementina depressa se transformam em monotonia e prisão. Clementina não se sente realizada, livre e feliz; o seu companheiro subestima as suas qualidades e ridiculariza as suas aspirações. Em vez de lhe oferecer compreensão e respeito, a atitude de Artur anula a sua personalidade e cria-lhe uma dinâmica de dependência, ao não deixá-la sair de casa e sobrecarregá-la com objetos materiais que não satisfazem os seus desejos de desenvolvimento pessoal. Assim, Clementina decide por sair dessa situação e abandona Artur.

Diante desse enredo, a história foi contada à turma com o objetivo de suscitar um debate sobre maus tratos emocionais, criando, assim, um momento que considere adequado com a faixa etária das crianças para que elas falassem sobre possíveis situações de violências de gênero vividas em seu ambiente familiar, relacionando com a situação dos personagens da história contada.

Ao propor o debate sobre temas sensíveis, reitero, ainda, a importância de realizar pesquisas que possam ouvir as crianças com atenção, buscando entender o que elas têm a dizer sobre o mundo, sobre as relações, como interpretam todas essas vivências. Como salienta Lisa Karlsson (2008), entrar no mundo das crianças requer que o adulto crie as condições necessárias para tal, dando a elas espaço e tempo para que possam expressar suas opiniões e visões de mundo, fazendo isto com regularidade e estabelecendo com elas um vínculo de confiança e cumplicidade.

Diante das situações trazidas pelas crianças e que serão apresentadas aqui, considero a escola como parte relevante de uma rede protetiva, com a possibilidade de oferecer refúgio e escuta atenta para as crianças que estão imersas em situações violentas. Nessa direção, entendo que a escola deve ser vista como um importante espaço político de garantia dos Direitos Humanos das crianças.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

AS INTERPRETAÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

A fala e o entendimento de Lorenzo², que pude presenciar em uma das nossas rodas de conversa, carregam a potência de me fazer pensar o quanto, realmente, a educação dos meninos necessita abarcar a noção de consentimento nos relacionamentos, uma vez que ele, ainda aos cinco anos de idade, compreendeu como incorreta a atitude da personagem Clementina de sair de seu relacionamento abusivo com o Artur, mesmo que não interpretasse como aceitável a atitude do personagem. Ou seja, aqui fica evidente a ideia de que mesmo que um homem esteja errado ao violentar uma mulher, ainda não é aceitável que ela o rejeite e saia da relação:

-“Eu acho que os dois (Artur e Clementina) estavam errados, porque ela saiu de casa e não queria mais namorar com ele e ele porque não deixava ela sair”, comenta o Lorenzo.

-“E tu acha que ela tinha razão em deixar ele?”, questiono-o.

-“Não, porque ela fez uma coisa errada, deixou ele sozinho e não queria namorar com ele”, diz Lorenzo.

-“Mas será que ela era obrigada a namorar com ele se ela não queria?”, pergunto.

-“Ela não é obrigada”, ele responde.

-“Então por que tu acha que ela não fez certo?” – pergunto novamente.

-“Na verdade eu acho que os dois estão errados”.

Roda de conversa (05/10/2018).

Na percepção de Lorenzo sobre o casal de personagens da história *Artur e Clementina*, também há, mesmo que de forma não consciente, uma dose de culpabilização projetada na Clementina que, na história, saiu de um relacionamento abusivo. Quando Lorenzo diz que *ela fez uma coisa errada* porque *não queria namorar com ele*, é possível entender que ainda na primeira infância a ideia de que a mulher não pode abandonar o homem, nem mesmo se for violentada, já está naturalizada para ele e, sendo algo natural, o rompimento desse comportamento é visto pela criança como algo equivocado.

Diante da interpretação de Lorenzo é possível perceber que a educação sobre os saberes amorosos é passada de maneiras distintas para meninos/homens e

² Nomes fictícios, escolhidos a partir de um sorteio feito com as crianças.

meninas/mulheres. Enquanto as meninas são educadas para a idealização do amor e do cuidado, nota-se que os meninos são educados para adotarem uma postura de dominação nos relacionamentos, que não aceita um “não” e de culpabilização da mulher caso a relação não funcione. Isso fica evidente no entendimento de Lorenzo, pois ao questioná-lo sobre a questão do consentimento, ele até deposita certa suspeita na atitude do personagem Artur, no entanto, em nenhum momento retira a culpa de Clementina. Frente a isso, fica evidente a necessidade emergente das abordagens que envolvam temas sobre consentimento e respeito na educação das crianças, sobretudo na dos meninos, que, como se pode notar, desde pequenos já apresentam naturalizada a ideia de que a mulher não tem a liberdade de decidir quando não quer mais permanecer em seus relacionamentos abusivos.

Podemos entender a redefinição do lugar e das atribuições da mulher nas famílias como algo relativamente recente, o que ainda provoca alguns reflexos sobre o que é ser mulher na atualidade. Mesmo que ela tenha conquistado espaços, ainda é esperado que ela dê conta da maior parte da educação da prole e administração dos lares, passando, ainda muitas vezes, por situações de submissão e dominação masculina, o que leva a compreender que os entendimentos sobre a mulher no contexto da família – e da sociedade – passam, simultaneamente, por mudanças e continuidades (BIASOLI-ALVES, 2000).

A antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de los Rios (2005, p. 98) define a opressão da mulher “por um conjunto articulado de características enquadradas na situação de subordinação, dependência vital e discriminação da mulher nas relações com os homens, na sociedade como um todo e no Estado” e que ela se expressa e se baseia “na desigualdade econômica, política, social e cultural das mulheres” (ibidem, tradução minha). A partir das considerações da autora, é possível compreender que as mulheres vivem experiências de opressão das mais variadas formas e que se expressa de diferentes modos.

Ancorada nos pesquisadores e pesquisadoras que utilizei para este estudo e nos preceitos legais da Lei Maria da Penha (11.340/06)³, que caracteriza como formas de

³ *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar*

violência contra a mulher a agressão física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral, a partir das narrativas das crianças durante nossas rodas de conversa, procurei encontrar aspectos que se atravessassem e que me fizessem compreender como que a violência contra a mulher estava sendo compreendida pelos infantes. Nesse movimento de atravessamentos, pude perceber dois pontos em comum nos relatos das crianças quando contavam alguma situação de violência contra as mulheres de suas famílias: a culpabilização, em alguma medida, da vítima e/ou a naturalização dessas situações. Em todas as falas, pude me deparar com trechos que denunciavam como a naturalização da violência e a cultura de atribuir a culpa desses eventos à mulher, mesmo que de maneira indireta, deixa rastros na compreensão das crianças sobre as violências.

A violência contra a mulher é um fenômeno presente em diversas culturas e pode ser entendido como um problema social. Nesse contexto, muitas vezes, o homem é visto como o detentor da força, da virilidade, da dominação e do poder, apropriando-se da mulher como se fosse seu “dono” e ela um objeto que devesse seguir suas diretrizes.

A partir das conversas com as crianças, pude perceber que essa é uma realidade presente em suas vidas, uma vez que convivem com situações como a que intitula este texto e descrita na íntegra na sequência:

Daniel: E eu conheço alguém que sempre não deixa a minha mãe sair: o meu pai. Porque minha mãe sempre quer sair pra gastar dinheiro com comida e meu pai não deixa porque ele sempre sai pra trabalhar. Agora o meu pai tá trancando as portas da casa e o portão também, daí pra sair só se a gente pular pela janela. Sabe, a minha mãe é bem safadinha porque ela pega o martelo pra abrir a porta, mas ela não consegue abrir. Mas eu podia roubar as chaves e abrir tudo, tive essa ideia.

Pesquisadora: E qual a tua opinião sobre isso que o teu pai faz, de trancar a tua mãe pra ela não ir no mercado?.

Daniel: Eu não acho certo. O meu pai ficou bem brabo. E disse que se a minha mãe mexer no dinheiro sem a autorização dele, ele arranca os pedacinhos dela.

Roda de conversa (05/10/2018).

O diálogo completo nos denuncia situações de violência sofridas pela mãe do Daniel por parte do seu pai, quando ele a confina em casa, *trancando as portas e o portão também*, a proibindo de *gastar dinheiro com comida*, sob a ameaça de agressão

física ou, quem sabe, até mesmo a morte, pois *se ela mexer no dinheiro sem autorização dele, ele arranca os pedacinhos dela*”.

Diante deste cenário, torna-se perceptível que, provavelmente, a mãe de Daniel não consegue denunciar ou sair dessa situação por inúmeros fatores, seja por medo, culpabilização de si mesma e/ou dependência emocional e financeira do agressor. Ainda, pressupõe-se que pelo fato de grande parte das mulheres não ter o conhecimento que a retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens e recursos econômicos pode ser considerado um crime previsto na Lei Maria da Penha, acaba não o reconhecendo e não efetuando a denúncia contra esse tipo de violência. Ainda, diante da situação da mãe de Daniel, é possível entender que esse tipo de agressão vem acompanhada de outras formas de violência, uma vez que o marido utiliza essa situação para também agredi-la psicologicamente.

Frente ao modo como Daniel contou a situação vivida pela sua mãe, é possível compreender, também, que pelo fato de ela não conseguir tomar uma atitude efetiva para romper com o ciclo de violência, ele se coloca numa posição de “protetor” ou daquele que tem a possibilidade de ser o “herói” e salvar a mãe, quando diz que ele poderia *roubar as chaves e abrir tudo*. Aqui, percebo que, de uma forma simbólica, Daniel se põe numa posição semelhante a do pai, quando diz que a mãe é *safadinha* por tentar abrir a porta com o martelo, mas que ele poderia tomar a atitude de roubar as chaves para libertá-la. Dessa maneira, aqui se estabelece a ideia de que assim como um homem a controla e aprisiona, “apenas outro homem” (menino) poderia “alforriá-la” e salvá-la, concedendo sua liberdade. Ou seja, mesmo que Daniel não julgue correta a atitude do pai, a postura dele serve como um modelo de masculinidade a ser seguido, uma vez que, mesmo que de forma não consciente, ele culpabiliza a mãe em alguma medida quando ela tenta sair dessa situação.

A VIOLÊNCIA NATURALIZADA PARA AS CRIANÇAS

Ao entrar em contato com a voz de Daniel, uma criança de 5 anos, foi possível perceber o processo de naturalização, para ele, da maneira como o pai trata a mãe. Não só pelo modo como ele colocou a situação, mas, também, por eu poder presenciar sua calma, naturalidade e desenvoltura ao falar. Pelas suas expressões, gestos e tom de voz, pude notar que Daniel não interpreta a dominação do pai sobre a mãe como correta,

mas, também, não é algo que o abala da mesma forma como abala a nós, adultos.

Percebi que, neste momento de sua infância, o maior prejuízo para ele é ter como exemplo a violência e uma masculinidade tóxica. Neste processo se pesquisa, foi possível compreender que as crianças não interpretam as situações de violência doméstica com o mesmo estranhamento que as pessoas adultas. Se o único e primeiro exemplo que uma criança tem sobre o modo como homens e mulheres se relacionam é a violência, seja ela física ou não, isso se torna normal e natural para ela – o que não a impede de sentir tristeza ao ver seus pais e suas mães em conflito.

Além da violência psicológica e patrimonial, as crianças também trouxeram relatos de vivências com a própria violência física, como pode ser observado no excerto abaixo⁴:

Estevão: “Profe, quando o meu tio e a minha tia brigaram, eu fui lá ver e estava cheio de sangue no chão. Eu não sei de quem era aquele sangue. Daí a minha tia chamou a polícia e ela foi lá e prendeu ele porque ele brigou com ela. Eu não vi da onde saiu o sangue”.

- “E o teu tio ainda está preso?”, pergunto ao Estevão.

- “Não, ele já saiu de lá”.

- “E ele mora com a tua tia agora ou ele foi morar em outra casa?”, pergunto.

- “Eles se mudaram de casa, mas foram morar juntos de novo. Eles têm uma nenê e um filho”, responde o Estevão.

Roda de conversa (26/10/2018).

Pelo relato de Estevão, além da violência física propriamente, foi possível notar que a sua tia é mais uma vítima que não consegue se livrar do agressor, pois mesmo depois de ele ter sido preso por tê-la agredido, ela foi morar com ele novamente, provavelmente pelo medo, dependência e pelos filhos, como pode ser observado no relato da criança.

Mesmo que Estevão tenha demonstrado não entender muito bem que o havia acontecido com o tio e a tia, ele sabia que eles tinham “brigado”. Ele foi mais uma criança que me relatou o caso com naturalidade, sem espanto ou expressões que denunciassem alguma preocupação ou medo pelo fato de ser uma situação que envolveu *sangue* e *polícia*, como ele mesmo relatou. Diante desse contexto, sou levada a compreender a violência como algo antagônico na percepção das crianças. Digo isso porque percebo que ao mesmo tempo que elas apresentam uma breve noção de que a

⁴ Fala proferida na roda de conversa em que foram apresentadas às crianças ilustrações de pessoas “brigando”, como pode ser conferido nos apêndices.



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

violência não é positiva, ela acaba sendo, por já estar naturalizada, algo que as transmite um nível de segurança, mesmo que as coloque em situações de risco, pois, no entendimento delas, quando a violência é perpetrada é sinal de que algo na família foi “resolvido”. Nesse caso, a violência, além de um meio, torna-se sinônimo de resolução de conflitos e problemas – o que gera, em alguma medida, segurança na interpretação das crianças. Desse modo, ao interpretarem a violência como uma possibilidade de “solução”, as crianças apontam para um limite das relações de poder.

E, mesmo que elas não percebam com o mesmo “pavor” que os adultos a violência, pois, em muitos casos, não há um parâmetro comparativo de afetividade nas relações, é importante ressaltar que esse processo é algo que as violenta psicologicamente, uma vez que há estudos que comprovam as consequências desse tipo de mau trato na vida dos infantes nas esferas física, social, comportamental, emocional e cognitiva.

Trago reflexões das consequências da violência intrafamiliar e de gênero para as crianças com a preocupação no possível ciclo de repetição aí presente. Se é emergente que invistamos na educação dos infantes de maneira contundente para o rompimento de uma masculinidade tóxica e seus reflexos, torna-se relevante que entendamos o quanto as crianças estão tendo a violência como um modelo padrão de interação entre as pessoas, o que pensam e como elaboram essas situações, mesmo que, de maneira aparente, elas lidem com isso com mais naturalidade do que os adultos (justamente por ser o exemplo padrão de comportamento). Apenas entendendo essa complexa rede de vivências que as crianças estão imersas torna-se possível pensar em estratégias eficazes de ajuda-las a lidar com as situações de violência e, por consequência, colaborar com o processo de construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.

REFERÊNCIAS

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.16, n. 3, p. 233-239, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL, **Lei Maria da Penha** nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

FILHA, Constantina Xavier. **Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1569-1583, dez., 2015.

FORMIGA, Nilton. A orientação valorativa na manutenção do preconceito feminino: consistência correlacional entre os valores humanos e sexismo ambivalente. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 24, n. 47 p. 49-59, out./dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez/UNICEF, 1998.

KARLSSON, Lisa. **Tecendo histórias com crianças: uma chave para ouvir e compartilhar**. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 139-156.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, M. **Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed., México, UNAM, 2005.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 51-60.

SAGIM, Mirian Botelho. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. Tese de Doutorado. USP. Ribeirão Preto, 2008.